



**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**  
SECRETARIA DE ACOMPANHAMENTO  
1ª DIVISÃO DE ACOMPANHAMENTO

**Informação nº 122/2017 – 1ª DIACOMP/SEACOMP**

Brasília (DF), 10 de julho de 2017.

**Processo nº:** 6201/2017-e

**Jurisdicionada:** Banco de Brasília S.A. – BRB

**Assunto:** Representação.

**Ementa:** Representação com pedido de cautelar formulada pela empresa Datalink Ltda. Possíveis irregularidades no Pregão Eletrônico nº 9/2017 do BRB. Decisão nº 933/2017: conhecimento; pedido liminar indeferido; oportunidade de manifestação à empresa Flexdoc Tecnologia da Informação Ltda. e à jurisdicionada. Recurso interposto pela representante. Decisão nº 1200/2017: conhecimento como Pedido de Reexame sem efeito suspensivo. Representação formulada pela empresa Recognition Companhia Brasileira de Automação Bancária Ltda. Possível restrição ao caráter competitivo do certame. Despacho Singular nº 172/2017 – GCRR: conhecimento; oportunidade de manifestação à empresa Flexdoc Tecnologia da Informação Ltda. e à jurisdicionada. Nesta fase: Análise de mérito do Pedido de Reexame. Pelo não provimento. Pelo retorno dos autos à Seacomp para análise de mérito das Representações.

Senhor Secretário,

Iniciaram-se os autos com a Representação de peça 3, formulada pela empresa Datalink Ltda., com pedido cautelar, acerca de possíveis irregularidades no Pregão Eletrônico nº 9/2017 do Banco de Brasília S.A. – BRB, cujo objeto é a contratação de “licenciamento definitivo e não-exclusivo de solução para processamento da compensação de cheques e outros documentos, gerenciamento e processamento dos serviços da custódia simples, custódia descontada e depósito à vista (remoto) de cheques e conferência automatizada de assinaturas e formalística de cheques incluindo o software de processamento e as licenças de motores de OCR/ICR e conferência de assinatura”.

2. Após a análise de admissibilidade, o Tribunal prolatou a Decisão nº 933/2017 (peça 8), por meio da qual conheceu da inicial (item I), indeferiu o pedido de cautelar (item II) e concedeu prazo improrrogável de 10 dias ao BRB e à empresa Flexdoc Tecnologia da Informação Ltda. para apresentarem os esclarecimentos que entendessem necessários quanto ao teor da exordial (item III).



**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**  
SECRETARIA DE ACOMPANHAMENTO  
1ª DIVISÃO DE ACOMPANHAMENTO

3. Inconformada com o indeferimento do pedido cautelar, a Representante interpôs Recurso de Reconsideração, o qual foi conhecido como Pedido de Reexame (peça 15), com base no princípio da fungibilidade recursal, sem efeito suspensivo, nos termos da Decisão nº 1200/2017 (peça 25):

O Tribunal, por unanimidade, de acordo com o voto do Relator, decidiu: I – tomar conhecimento: a) da Informação nº 37/2017 – SEACOMP (eDoc F08A0EEA-e); b) do recurso interposto pela empresa Datalink Ltda. (e-doc nº F31AEC4C) como Pedido de Reexame, com base no princípio da fungibilidade recursal, contra o item II da Decisão nº 933/2017, nos termos do art. 47 da Lei Complementar n.º 01/1994, c/c os art. 278, inciso II, e 286 do Regimento Interno do TCDF, desprovido de efeito suspensivo, sob pena de rediscutir medida cautelar afastada pela Corte de Contas, cujos pressupostos para concessão de liminar permanecem ausentes, uma vez que os argumentos que fundamentaram a deliberação plenária recorrida restam inalterados; II - dar ciência desta deliberação à recorrente, em face do disposto no artigo 4º, § 2º, da Resolução TCDF n.º 183/2007; III - autorizar o retorno dos autos à Secretaria de Acompanhamento para a adoção das medidas cabíveis.

4. Antes da análise de mérito da peça recursal, deu entrada nova Representação, nesta oportunidade formulada pela empresa Recognition Companhia Brasileira de Automação Bancária Ltda., acerca de possível restrição à competitividade no mesmo certame aqui tratado (peça 31).

5. Após a análise de admissibilidade, o Conselheiro Relator dos autos proferiu o Despacho Singular nº 172/2017 (peça 40), por meio do qual conheceu da Representação, indeferiu o pedido de cautelar e concedeu prazo improrrogável de cinco dias ao BRB e à empresa Flexdoc Tecnologia da Informação Ltda. para apresentarem os esclarecimentos que entendessem necessários quanto ao teor da nova peça.

6. Nos termos da Informação nº 93/2017 – 1ª DIACOMP/SEACOMP (peça 58), analisou-se o teor da peça recursal, concluindo-se pela perda de objeto, haja vista que o Pedido de Reexame solicitava a suspensão da realização da etapa 4 do certame, a qual já restava concluída.

7. Estavam os autos no Gabinete do Conselheiro Relator Recursal para exame quando a recorrente encaminhou nova documentação (peça 66). Assim, sobreveio o Despacho Singular nº 249/2017 – GC/PT (peça 67) determinando o retorno dos autos a esta Secretaria para fins de instrução complementar.

8. Antes da análise pertinente nesta unidade técnica, a recorrente promoveu a juntada dos documentos de peças 68 e 69.

9. Assim, cuida esta fase processual da análise de mérito do Pedido de Reexame supracitado, em conjunto com os documentos juntados aos autos pela recorrente (peças 66, 68 e 69).

**TEOR DO PEDIDO DE REEXAME (peça 15)**

10. A empresa Datalink Ltda. requer a reconsideração parcial da Decisão 933/2017 (item II), para o Tribunal “determinar ao Pregoeiro que SE ABSTENHA DE AUTORIZAR A EXECUÇÃO DA ETAPA 4 DA POC, ‘INSTALAÇÃO



**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**  
SECRETARIA DE ACOMPANHAMENTO  
1ª DIVISÃO DE ACOMPANHAMENTO

E CONFIGURAÇÃO DA SOLUÇÃO' que, na verdade, consiste na **realização de Prova de Conceito**".

11. Considera que "a execução dessa fase da licitação torna ainda mais difícil a reversão do processo, na hipótese de a Representação vir a ser acolhida por essa Egrégia Corte de Contas".

12. Entende que caso seja determinada a suspensão requerida, "nenhum prejuízo haverá se porventura vier a ocorrer o não provimento do Requerido na Representação".

13. Argumenta que "o ATESTADO apresentado pela FLEXDOC não comprova a sua capacitação para a execução do serviço objeto da Licitação, mas tão somente, que é possuidora do SOFTWARE hoje utilizado na execução dos serviços em discussão, o que deve resultar, impreterivelmente na desclassificação dessa empresa".

14. Anexas ao recurso, junta cópia das mensagens da Sessão Pública do certame, referentes às decisões do Pregoeiro, entre 21.02.2017 e 14.03.2017.

**TEOR DAS PEÇAS 66, 68 E 69**

15. Mediante a peça 66 a recorrente informa que o Pregão nº 9/2017 foi homologado e adjudicado pelo BRB à empresa FLEX DOC e "REQUER, em caráter de URGÊNCIA, que seja expedida determinação ao BRB impedindo o de assinar o correspondente contrato, antes que seja analisado o mérito da presente ação e expedida a competente SENTENÇA".

16. Em seguida, a recorrente protocolou a peça 68, mas depois juntou a peça 69 para fins de substituição da anterior. Na última peça, a empresa DATALINK informa que se socorreu ao Poder Judiciário e, nos autos do Processo nº 0702494-72.2017.8.07.0018, foi prolatada Decisão Interlocutória determinando ao BRB que se abstenha de assinar contrato decorrente do Pregão nº 9/2017 com a empresa FLEX DOC.

**ANÁLISE**

17. Conforme análise constante da Informação nº 93/2017 – 1ª DIACOMP/SEACOMP (peça 58), o Pedido de Reexame conhecido nos termos da Decisão nº 1200/2017 perdeu o objeto, pois a etapa 4 do procedimento licitatório já foi concluída, segundo consta da "Ata de realização do Pregão Eletrônico" juntada à peça 57<sup>1</sup>.

18. Ocorre que a peça 66 possui o condão de alterar a perda de objeto, pois a superveniência de fatos novos ao recurso, permite conhecê-la como aditivo ao Pedido de Reexame de peça 15, conforme dispõe o § único do art. 33 da LO/TCDF<sup>2</sup> c/c § único do art. 286<sup>3</sup> do RI/TCDF.

<sup>1</sup> Além disso, consta do DODF nº 103 de 31.05.2017, página 36, o resultado final do Pregão Eletrônico nº 9/2017-BRB declarando vencedora a empresa Flexdoc Tecnologia da Informação Ltda., CNPJ nº 10.583. 028/0001-52, pelo valor total de R\$ 5.289.119,02.

<sup>2</sup> Parágrafo único. Não se conhecerá de recurso interposto fora do prazo, salvo em razão da superveniência de fatos novos na forma prevista no Regimento Interno.



**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**  
SECRETARIA DE ACOMPANHAMENTO  
1ª DIVISÃO DE ACOMPANHAMENTO

19. Assim, como o recurso foi interposto contra o indeferimento da cautelar inicialmente solicitada, cumpre verificar a presença dos requisitos autorizadores da concessão da medida pela Corte, quais sejam: o *fumus boni iuris* e o *periculum in mora*.

20. Nesse ponto, entende-se que o primeiro requisito não se revela presente, pois a recorrente já teve sua demanda de suspensão do certame satisfeita junto ao Poder Judiciário, conforme por ela noticiado mediante a peça 69, não cabendo se falar em perigo da demora.

21. Dessa forma, sugere-se que a Corte negue provimento ao Pedido de Reexame de peça 15, aditado pela peça 66.

22. Por fim, deixa-se de propor o sobrestamento da análise de mérito da Representação de peça 3 nesta fase processual, em virtude da ação judicial em curso, pois entende-se que tal medida deve ser sugerida ao Relator vinculado aos autos.

### **SUGESTÕES**

23. Ante o exposto, sugere-se ao Egrégio Tribunal:

I. Conhecer:

- a) da peça 66 como aditivo ao Pedido de Reexame de peça 15;
- b) das peças 68/69;

II. negar provimento ao Pedido de Reexame conhecido pela Decisão nº 1200/2017 (peça 15) e seu aditivo(peça 66);

III. autorizar:

- a) a ciência da decisão à recorrente (Datalink Ltda.);
- b) o retorno dos autos à Secretaria de Acompanhamento para análise de mérito das Representações de peças 3 e 31.

À superior consideração.

*Assinatura Eletrônica*

**ANTONIO ALEXANDRE DO NASCIMENTO FILHO**  
Diretor – 1ª Divisão de Acompanhamento

---

<sup>3</sup> Parágrafo único. Não se conhecerá de pedido de reexame quando intempestivo, salvo em razão de superveniência de fatos novos, caso em que não terá efeito suspensivo.